



Nomeação de novo presidente do Codefat é manobra política

Acabou a festa, cujo ritmo já estava inteiramente fora de compasso. Desde o início do atual governo, as entidades patronais de primeiro grau industriais, comerciais, rurais e financeiras estavam alinhadas com o atual inquilino do Planalto. Aliás, alinhadas não é bem o termo apropriado, e sim do mesmo lado, até que seus interesses maiores não fossem contrariados. No que tange ao âmbito sindical e trabalhista, ao acederem ser passageiros do trem governamental, os representantes do patronato sabiam de antemão dos riscos, que a sua circulação se daria na bitola estreita, cujos trilhos foram dimensionados e forjados nas oficinas metalúrgicas do Partido dos Trabalhadores.

Enfim, esse trem não chegou ao destino final, pois acaba de descarrilar. Os petistas, seus adeptos e adesistas, salvaram-se todos. Os considerados estranhos no ninho, desprovidos dos anticorpos e demais equipamentos protetores, estão com escoriações à mostra. Espera-se que depois de pensados, aprendam definitivamente a lição e não mais embarquem em trens-fantasmas, especialmente aqueles que têm o dístico da estrelinha vermelha.

Depois de fazerem papel de claque no feérico e pomposo Fórum Nacional do Trabalho, que precedeu a apresentação da retrógrada proposta de reforma sindical do governo Lula, sempre com muita espuma e a inerente lengalenga, características natas do petismo, que sempre se importa muito mais com a casca que com o conteúdo e, ao final, pasmos com a empulhação do tal FNT, os meios patronais acabam de cair em mais uma nova e, desta vez, fática esparrela governamental. Não bastassem as lições que deveriam ter sido aprendidas daquele tão reluzente quanto vazio espetáculo, que redundou, no frigidar dos ovos, numa proposta de “reforma” que ao invés de avançar retrocedeu, como alguém que necessitando da modernidade fosse remetida aos tempos da Idade Média, as entidades patronais da indústria, comércio, agropecuária e dos meios financeiros acabam de amargar mais um acachapante dissabor, que, desta vez, poderia ter sido evitado, caso se tivesse atentado aos conhecidos tentáculos maquiavélicos do governo Lula e de seus prepostos, áulicos, ministros-bedeis e outros tais assemelhados.

O governo de Inácio da Silva acaba de dar um golpe fatal aos — sejamos até infinitamente complacentes — “ingênuos” integrantes do patronato na recente eleição à presidência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador. Estava na hora e vez de seu até então presidente deixar o cargo, esgotado o período de dois anos de mandato. E quem era ele? Nada mais nada menos do que o obscuro Luiz Fernando Emediato, assalariado da Força Sindical e braço direito do presidente daquela Central, muito mais conhecido pelo diminutivo do seu prenome, que foi parar na presidência do Codefat por motivos fáceis de avaliar a todos do meio que possuam pelo menos dois neurônios. Estão aí os processos por desvios de dinheiro do Codefat, especialmente no expediente da *qualificação profissional*.



Mas o que efetivamente falta sobre o assunto, além das esperadas promessas de apuração por quem de direito, é que até os dias atuais, nenhuma central, sindicato, federação de trabalhadores ou patronal que tenha recebido recursos para o programa tenha apresentado um simples, mas precioso detalhe faltante nesse quadro de corrupção explícita: quantos (em números reais) inscreveram-se (sem repetições de nome) nesse processo e, dentro do rol dos qualificados, quantos (também sem repetição de nomes) obtiveram, efetivamente, um novo emprego?

Afinal de contas: em quanto monta esse percentual? Qual integrante do atual governo, com responsabilidade e integridade devidas, especialmente do Ministério do Trabalho, exigiu e, como tal, tem condições, de pronto, de apresentar a esse quadro estatístico, até para atender ao simples quesito de relação custo/benefício, inerente a qualquer empreendimento?

Enquanto o dinheiro do FAT se perde nos escaninhos de acordos interesseiros, o povo perde a oportunidade de estudar, aprender mais em cursos que possibilitem alcançar um tão almejado emprego e a promover a diminuição dos desequilíbrios existentes na sociedade brasileira.

Nesse condenável procedimento, o maior responsável, sem sombra de dúvida, é o Ministério do Trabalho e Emprego, que deixou o barco correr à vontade, descurando-se de forma até afrontosa de rigor não só no repasse das verbas, como — o que é pior — na exigência de prestação de contas.

Se ao TCU e CGU competem a apuração das responsabilidades e condenação dos culpados pelos desvios do dinheiro público, ao governo cabe a irremovível exigência de apurar e responder sem mais delongas a essa indagação à sociedade brasileira, cansada de escândalos sem fim.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador, responsável por um patrimônio da ordem de R\$ 160 bilhões, que além de pagar seguro-desemprego, abono-salarial e de financiar projetos do setor produtivo, foi criado há 19 anos, e há dois, por consenso estabelecido entre as partes (governo, trabalhadores e patronato), efetua um rodízio na presidência entre integrantes desse tríduo. Desta feita, era chegada a hora e vez de a presidência ser assumida pelo setor patronal.

Todavia, numa jogada de mestre, arquitetada pelo Planalto e operacionalizada pelo preposto Carlos Lupi, nome também conhecido neste país como ministro do Trabalho (afinal, cada governo tem os ministros que merece ter, embora o povo não mereça muitos deles, como é o caso do referido senhor) o contemplado foi, nada mais nada menos, do que o tão desconhecido quanto enigmático Luigi Nese, um carreirista de carteirinha que num passado não muito remoto apartou-se da Confederação Nacional do Comércio e trouxe com ele uma facção. Por sua vez, esse bloco erigiria a Federação Nacional de Serviços. Da qual ele foi o presidente, claro.

Pedindo escusas pelo trocadilho incidental, foi de Nese que Lupi solicitou os *serviços* no sentido de ser ele o novo presidente do Codefat. Ungido, pela tropa palaciana, o desconhecido Nese atropelou a candidatura de Fernando Antonio Rodriguez, professor da Universidade de Viçosa e douto qualificado representante da Confederação Nacional da Agricultura, cuja presidenta licenciada é a senadora Kátia Abreu, do DEM.



A exemplo de que quem não entendeu a piada, vamos ao trabalho de convenientemente explicá-la. Rodriguez era o candidato unânime do segmento patronal, composto primacialmente pela dita Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio e a Confederação Nacional do Sistema Financeiro. A reboque, as recém criadas Confederação Nacional de Turismo e — prestem atenção ao mote — a novel Confederação Nacional de Serviços, logicamente também presidida por Nese.

O mais importante: esta última foi reconhecida como confederação (representativa das federações e, por sua vez, sindicatos da categoria econômica das empresas de serviços) somente em abril último. Cabalado por Lupi, é claro que Nese prontamente aceitou o encargo inerente à “espinhosa” tarefa, fruto do dito unguído.

Pegas no contrapé, só restou a alternativa lógica e correta na ótica ética, moral e, sobretudo, profilática. Cair fora do terreno que de fértil tornou-se imediatamente fétido e pantanoso. Foi o que fizeram. A Contrur foi a única a apoiar e ficar ao lado da CNS. Fez o mesmo papel que o PMDB faz na política. Ficou do lado de quem passa a mandar. Assegurou o seu naco.

Quanto à Nese, protagonizando muito bem seu papel do mais novo unguído do reino petista, ainda se deu ao luxo de fazer beicinho e permitiu-se ao desplante em atribuir “falta de respeito ao Codefat” da parte dos segmentos representativos da indústria, comércio, agropecuária e meios financeiros, que se retiraram injuriados. Principesco o primor desse protagonista. Quem viu a cena da discussão acalorada assegura que o oportunista Nese leva jeito e tem futuro garantido ante a primorosa interpretação do papel que lhe foi confiado por Lupi.

Resumo da ópera: Lupi conseguiu mais um feito a este governo petista. Imagine deixar nas mãos do inimigo, especialmente às vésperas de novas eleições, a presidência do órgão gestor dos recursos do FAT. Nada melhor, pois, de que o advento de mais um unguído. Hosanas e profalças, pois, a Luigi Nese.

À senadora Kátia Abreu só restou atribuir à manobra governamental o retorno do peleguismo e ao poder coercitivo que o governo tem sobre as centrais, obtido graças à concessão de novos e obesos recursos oriundos da contribuição sindical obrigatória, nódoa do sindicalismo que o governo Lula jurou acabar (não só discursou como escreveu e assinou, pela mão de Ricardo Berzoini, conforme prova documentada em meu recente livro) e que prevalece como uma das moedas de troca na cooptação, em nome da “governabilidade” (de forma explícita) e pelo cabal e apreciado apoio eleitoral (de forma velada). Aliás, leia-se na mais larga amplitude: preservação e perenidade de poder, custe o que custar. Afinal a máxima do “mensalão” no seio petista é indelevelmente inalterada: Não importa os meios, o que vale são os fins.

Governo de lobos, povo de cordeiros. Que mais este triste, vexatório e vergonhoso episódio sirva de alerta a esta adormecida e letárgica nação. Enquanto é tempo.

Date Created

30/07/2009